



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011199-82.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **NAIR JACINTO CAVALETTO**
 Requerido: **Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha contrato com a ré para a prestação de serviços de televisão, cancelando-os em julho de 2012.

Alegou ainda que mesmo assim a ré continuou efetuando cobranças a esse título.

Os documentos que instruíram o relato exordial são suficientes para corroborá-lo.

O de fl. 02 demonstra a devolução em julho/2012 do aparelho utilizado na prestação de serviços de televisão por parte da ré, ao passo que os de fls. 03/27 atestam que eles mesmo assim continuaram sendo cobrados.

A própria ré em contestação admitiu a ocorrência do lapso a seu cargo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Restou comprovado de um lado o cancelamento dos serviços em apreço e, de outro, a continuidade de sua cobrança sem que houvesse respaldo a sustentá-la.

Bem por isso, é de rigor a declaração da rescisão do contrato pertinente e a devolução das quantias cobradas indevidamente pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes relativo aos serviços de TV e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 933,40, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2012 (época da devolução do equipamento pertinente feita pela autora), e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo que a importância mencionada será somada a eventuais cobranças pelos mesmos serviços por parte da ré após a propositura da ação.

Caso a ré não efetue o pagamento do montante aludido no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**